



Pandemia e Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Uma Revisão Integrativa

*Tamires Teixeira Monteiro da Silva¹; Sarah de Fátima Alcântara Viana²;
Vanessa Faustino Fernandes³; Francisca Arlivian Ferreira de Sousa⁴;
Wedson da Silva Conceição⁵, Élide Mara Braga Rocha⁶*

Resumo: Objetivou-se analisar a situação da Insegurança Alimentar durante a pandemia no Brasil. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e descritiva. A busca ocorreu nas bases de dados Literatura Científica e Técnica da América Latina e Caribe, Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, Scientific Electronic Library Online e portal via National Library of Medicine, no primeiro semestre de 2023, utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde: “Covid-19”, “Segurança alimentar e nutricional”, “Insegurança alimentar”, “Brasil” e (MeSH): “Food Security”, “Food insecurity”, “covid-19”, “Brazil”, associados aos operadores booleanos AND e OR. Foi encontrado o total 368 artigos, aplicado os critérios de inclusão e exclusão, restando 12 artigos, nestes foi encontrado que houve insegurança alimentar durante a pandemia com diversos públicos como estudantes, moradores de favelas, dentre outros, nas diversas regiões do Brasil. Concluindo assim que houve um aumento da insegurança alimentar no país.

Palavras-chaves: Insegurança alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional, Pandemia, Covid-19, Brasil.

¹ Discente do curso de Nutrição e bolsista do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU, Juazeiro do Norte – CE. E-mail: tamires190@outlook.com.br;

² Discente do curso de Nutrição e bolsista do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU, Juazeiro do Norte – CE. sarahalcantara.v@gmail.com;

³ Discente do curso de Nutrição e bolsista do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU, Juazeiro do Norte – CE. vanessafaustino4@gmail.com;

⁴ Discente do curso de Nutrição e bolsista do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU, Juazeiro do Norte – CE. farlivian@gmail.com;

⁵ Discente do curso de Nutrição pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU, Juazeiro do Norte – CE. wedsonbjn@gmail.com;

⁶ Nutricionista. Doutora em Ciências – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Docente e Pesquisadora do curso de Nutrição – Centro Universitário Maurício de Nassau de Juazeiro do Norte-UNINASSAU; E-mail: elidamara92@gmail.com; Juazeiro do Norte-CE, Brasil.

Pandemic and Food and Nutrition Insecurity in Brazil: An Integrative Review

Abstract The objective was situation of Food Insecurity during the pandemic in Brazil. This is an integrative literature review, with a qualitative and descriptive approach. A busca ocorreu nas bases de dados Literatura Científica e Técnica da América Latina e Caribe, Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, Scientific Electronic Library Online e portal via National Library of Medicine, no 1º semestre de 2023, utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde: "Covid-19", "Segurança Alimentar e nutricional", "Insegurança Alimentar", "Brasil" e (MeSH): "Food Security", "Food insecurity", "covid-19", " brazil", associados aos operadores booleanos AND e OR. A total of 368 articles were found, applied the inclusion and exclusion criteria, leaving 12 articles, in which it was found that there was food insecurity during the pandemic with various publics such as students, slum dwellers, among others, in the various regions of Brazil. Thus concluding that there was an increase in food insecurity in the country.

Keywords: Food insecurity, Food and Nutritional Security, Pandemic, Covid-19, Brazil.

Introdução

A pandemia por COVID-19 representa um dos maiores desafios sanitários mundiais deste século, causando impactos diretos e indiretos na alimentação. No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em fevereiro de 2020 e causou milhares de mortes. (BRASIL, 2022).

Nesse panorama foi proposto medidas de segurança para a preservação da vida, uma destas foi o isolamento social, em que a maioria das atividades econômicas foram suspensas, permanecendo apenas as que eram consideradas essenciais, como mercados, hospitais, serviços de segurança pública. Devido a isto a taxa de desemprego cresce a cada dia chegando à marca de 10,1 milhões de desempregados no segundo trimestre de 2022 (ALPINO *et al.*, 2020; IBGE.,2022; GUILHERME; CARVALHO; TABAI., 2021).

Diante disso, destaca-se que o cenário de fome e insegurança alimentar são reflexos de acontecimentos que envolvem desde a perspectiva da alimentação, as situações de saúde e nutrição da população, até condições sociais, políticas e econômicas dadas por um modelo estrutural e conjuntural existente na sociedade, logo, alimentar-se vai além da disponibilidade de alimentos, é necessário que haja circunstâncias dignas de vida para concretizar tal ato (NICOLA *et al.*, 2020).

Nesse sentido, a Lei 11.346/2006, conhecida como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), define, no território brasileiro, a alimentação como um direito fundamental ao ser humano, de forma igualitária e sem nenhuma discriminação, sob a

garantia de acesso contínuo e de forma duradoura a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, considerando as perspectivas ambientais, sociais, culturais e econômicas, respeitando a soberania alimentar dos indivíduos (BRASIL, 2006).

A partir desse conceito, a definição de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) deixa evidente a relação intrínseca existente entre a alimentação e outros direitos, sendo que a violação desta prerrogativa conduz a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), condição bastante prevalente nos estados brasileiros. A IAN é medida através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que avalia a autopercepção das condições de acesso à alimentação e apresenta os graus de IAN (PINHO *et al.*, 2020).

Soma-se a esse cenário a vulnerabilidade social, condição de fragilidade que caracteriza uma parcela da população que se encontra em situação desfavorável, exposto a fatores que provocam efeitos indesejáveis, sendo estes a escassez de emprego, renda, serviços, saúde, habitação, saneamento básico, qualidade de vida e educação. Os vulneráveis vivenciam situações adversas no seu cotidiano e com a pandemia essa condição é exacerbada (LIMA; MELO; PERPETUO., 2021).

Nesse contexto, surge o questionamento de qual impacto da pandemia na segurança alimentar e nutricional no Brasil. Visto que o surgimento do *sarv-cov2* mudou toda a dinâmica social, alterando vários aspectos da vida da população como a saúde, alimentação, emprego e renda, expondo ainda mais um problema recorrente na sociedade brasileira antes mesmo da pandemia, que atinge uma expressiva parcela da população .

Supõe-se então que a insegurança alimentar e nutricional foi gravemente ampliada por este cenário, tendo como causa a crise socioeconômica estabelecida durante a pandemia do coronavírus. Portanto, este estudo tem como objetivo analisar a situação da insegurança alimentar e nutricional durante a pandemia do covid-19 no Brasil.

Método

Trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa da literatura, de caráter qualitativo e descritivo e que teve como base para a sua construção produções científicas atualizadas sobre a temática e que estejam disponíveis nas bibliotecas digitais. Seguindo seu desenho em seis etapas: Formação da questão de pesquisa; busca na literatura; categorização dos estudos; avaliação dos incluídos; interpretação dos resultados e síntese do conhecimento.

Para encontrar respostas apropriadas à questão norteadora, a saber: ‘Qual impacto da pandemia na segurança alimentar e nutricional da população Brasileira, utilizou-se a estratégia Population, Variables and Outcomes (PVO) .

A procura pelos estudos ocorreu nos bancos de dados eletrônicos LILACS (Literatura Científica e Técnica da América Latina e Caribe), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), SCIELO (Scientific Electronic Library Online), e portal PUBMED (via National Library of Medicine). Utilizou-se os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): “covid-19”, “segurança alimentar e nutricional”, “Insegurança alimentar”, “Brasil” e (MeSH): “Food Security”, “Food insecurity”, “covid-19”, “brazil”, onde foram associados com os operadores booleanos AND e OR segundo as estratégias de buscas descritas a seguir: cruzamento 01 “segurança alimentar e nutricional and covid-19 and Brasil”, Cruzamento 2 “segurança alimentar e nutricional or insegurança alimentar and covid-19 and brasil”, cruzamento 3 “Food Security and covid-19 and brazil”, cruzamento 4 “ food insecurity and covid-19 and brazil”, conforme quadro a seguir.

Quadro 1- Busca nas bases de dados, Juazeiro do Norte, CE, Brasil, 2023.

	SCIELO	LILACS	MEDLINE	PUBMED
Cruzamento 1	15	21	3	3
Cruzamento 2	18	27	45	49
Cruzamento 3	0	22	30	44
Cruzamento 4	13	0	34	44
TOTAL	46	70	112	140

Fonte: Dados do estudo.

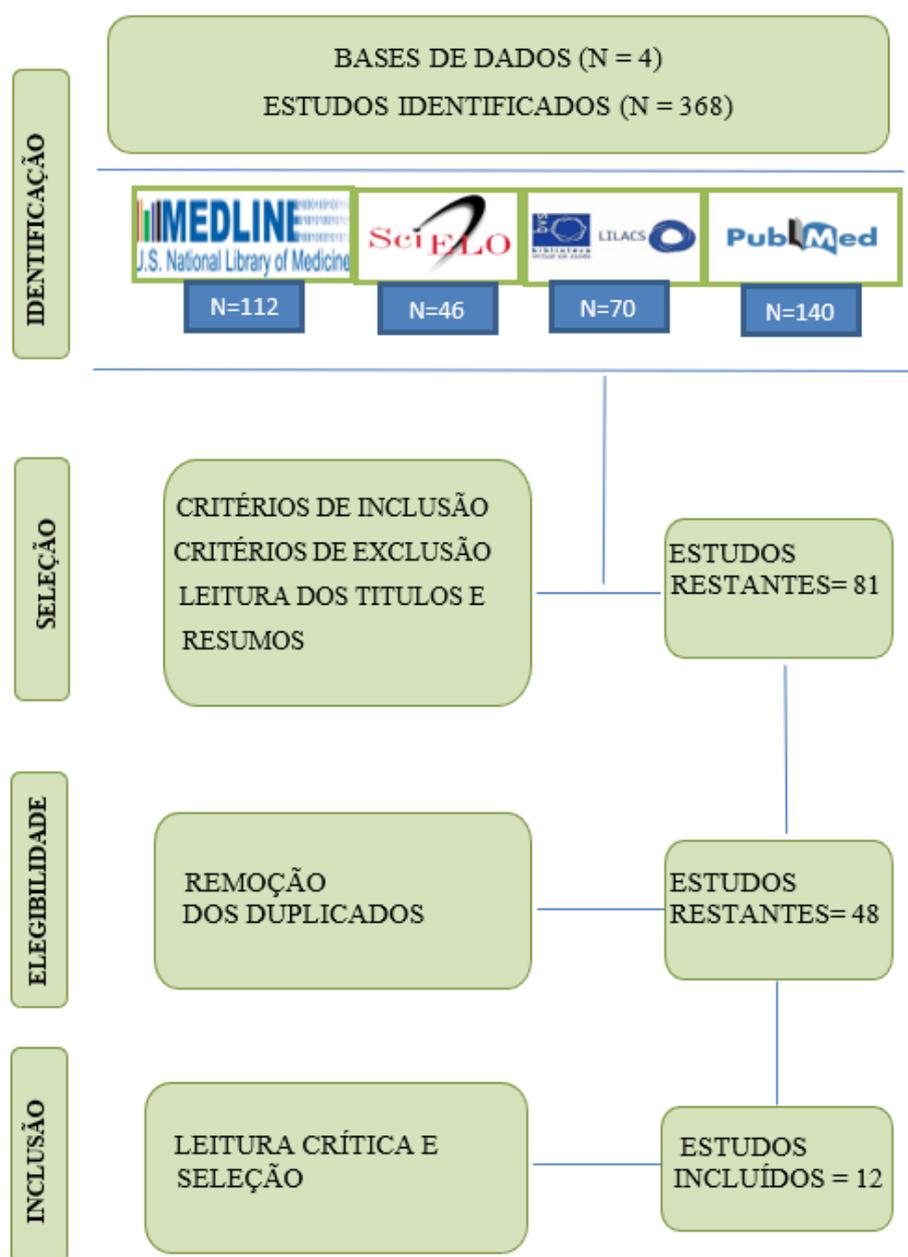
Foram inclusos artigos originais, publicados após o início da pandemia no Brasil até o presente (2020-2023), que estejam de acordo com a temática do estudo, sem restrição de idioma e excluídos os artigos duplicados, teses, dissertação e artigos de revisão, notas técnicas, relato de experiência, notas científicas.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foi lido os títulos e resumos, extraídos os artigos das bases de dados e importados no programa Endnote para a identificação e exclusão dos duplicados, depois foi realizado a tradução dos artigos que estavam em inglês por meio do google tradutor. Os artigos foram analisados através da leitura na íntegra e os que atenderem aos critérios estabelecidos permaneceram para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa. Em seguida foram organizados em uma tabela com autor/autores, ano de publicação, tipo de estudo, objetivo do estudo, amostra e principais achados.

Resultados e Discussão

A busca nas bases de dados obteve o total de 368 artigos encontrados e após a seleção restaram 12, sendo estes incluídos no estudo, conforme exposto na figura 1. Na Tabela 1 está descrito a distribuição dos artigos selecionados, bem como a síntese dos principais achados dos respectivos estudos.

Figura 01 - Fluxograma da seleção dos estudos. Juazeiro do Norte, CE, Brasil, 2023.



Fonte: dados do estudo.

Tabela 01 – Caracterização dos estudos incluídos. Juazeiro do Norte, CE, Brasil, 2023.

AUTOR/ANO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO DO ESTUDO	AMOSTRA	PRINCIPAIS ACHADOS
Coletro H, N.etal, 2023	Observacional transversal	Investigar se o consumo combinado de alimentos in natura/minimamente processados e qualidade (maior consumo de alimentos ultraprocessados e menor consumo de maior consumo de alimentos in natura/minimamente processados e baixo consumo deultra Alimentos ultraprocessadosestão associados à insegurançaalimentar durante a pandemia de COVID-19.	inquérito epidemiológico domiciliar com 1.753 indivíduos. Região Sudeste	Dentre os participantes, 37,2% encontravam-se em situação de IA; entre eles, 32,5% eram considerados na categoria de IA leve. Indivíduos com IA tiveram escores mais altos na escala de consumo alimentar, indicando pior qualidade da dieta do que adultos em situação de segurança alimentar. Foi possível identificar o alto consumo de alimentos in natura/minimamente processados e baixo consumo de AUP foram associados a menor razão de prevalência de IA.
Farías-Antúnes, S. et al, 2023.	De coorte	Avaliar a prevalência de insegurança alimentar (IA) em famílias com filhos nascidos durante a pandemia de COVID- 19 e seus fatores associados em Fortaleza, quinta maior cidade do Brasil.	325 famílias acompanhadas na rodada 2 e 331 famílias na rodada 3. Região Nordeste	IA foi observada em 33,5% dos domicílios na rodada 2 e em 42,9% na rodada 3. IA grave, ou fome, foi relatada em 6,1% e 5,4% dos domicílios nas rodadas 2 e 3, respectivamente. As características dos domicílios que enfrentam IA foram semelhantes nas rodadas da pesquisa.
Silva-Neto, L. G. R. et al,2023	Transversal	foi investigar a prevalência de insegurança alimentar oito meses após a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil e sua associação com o programa de transferência de renda Auxílio Emergencial e o recebimento de doação de alimentos na população que vive em situação de vulnerabilidade social na cidade de Maceió, Alagoas, região Nordeste do Brasil	903 mulheres, com média de idade de 30,9 (30,4; 31,5) anos. Região Nordeste	71,1% da população estudada apresentavam algum grau de IA sendo que 24,1% estavam em IA moderada ou grave. A associação entre o recebimento de doação de alimentos e ser beneficiário do AE com a IA, tanto na análise bruta quanto na ajustada para renda per capita, escolaridade e ter pelo menos uma criança menor de 5 anos na residência.
Gurgel, A. M. et al ,2020	Transversal, exploratório e descritivo	Buscou identificar as estratégias governamentais implementadas no Brasil para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS) frente à pandemia de Covid-19, com foco nas medidas que possam contribuir diretamente para a garantia da disponibilidade e do acesso físico ou financeiro aos alimentos, em especial às populações mais vulneráveis.	documentos oficiais (atos normativos, portarias, resoluções e afins) publicados pela União, Distrito Federal, estados e capitais brasileiras, sites oficiais dos governos federal, estaduais e municipais e de órgãos específicos.	No contexto da pandemia, foram identificadas a estruturação de novas iniciativas e a adequação de estratégias já implementadas no país que contribuem para a SAN. As novas medidas governamentais criadas foram: Renda Básica Emergencial (Governo Federal); Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) estaduais e a doação emergencial de alimentos (estados e municípios). As medidas pré-existentes que sofreram alterações devido à pandemia são: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nacional, Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC), distribuição de alimentos por meio dos equipamentos públicos de SAN.

Maciel, B. L. et al, 2022	Transversal	Avaliar a insegurança alimentar e seus fatores associados em graduandos durante a pandemia de COVID-19.	4.775 graduandos de todas as regiões brasileiras.	26,4% dos alunos apresentaram insegurança alimentar leve, 7,7% insegurança alimentar moderada e 4,5% insegurança alimentar grave. e a maioria dos escolares que apresentaram algum alimento em segurança declarou cor/raça parda ou preta e reduziu a renda familiar durante o período escolar. 12,8% dos escolares com insegurança alimentar grave apresentaram má qualidade da alimentação, 8% dos com segurança alimentar apresentaram má qualidade da alimentação. Além disso, 55,6% dos alunos aumentaram o peso durante a pandemia, e 8,5% dos escolares apresentaram qualidade alimentarruim, 52,0% boa e 37,1% muito boa.
Manfrinato, C. V. et al, 2020	Transversal	Investigar a prevalência de insegurança alimentar (IA) em duas favelas do Brasil nas primeiras semanas da política de distanciamento social, de 27 de março de 2020 a 1º de junho de 2020	909 chefes de família. 697 moravam na favela de Heliópolis e 212 na Vila São José. Região Sudeste	Mais da metade dos participantes encontrava-se em IA moderada e grave (56%). A experiência mais frequente relatada foi a incerteza sobre a aquisição ou recebimento de alimentos em excesso, comer menos do que deveria não conseguir comer alimentos saudáveis e nutritivos e pular uma refeição. Um quarto relatou que os alimentos eram consumidos antes de comprar ou receber mais.
Rocha, H. A. et al, 2021	Inquérito transversal repetido	Quantificar a mudança no risco de insegurança alimentar e transtorno mental materno(MMD) antes e durante a pandemia da doença decoronavírus 2019 (COVID-19).	577 pares materno-infantil. Região Nordeste	Em julho-setembro de 2020, durante a pandemia de COVID-19, 68,9% das famílias relataram insegurança alimentar e 57,8% das mães tiveram pontuações do Self Reporting Questionnaire-20 consistentes com MMD, em comparação com 54,4 % e 17,6 % antes da pandemia em 2017, respectivamente. A diferença na proporção de insegurança alimentar foi 15,5% maior durante a pandemia em julho-agosto de 2020 em comparação com novembro de 2017. Cerca de 62% das mães que trabalhavam antes da pandemia relataram perda do emprego e 69% receberam auxílio financeiro do governo relacionado à COVID-19. A perda do emprego formal foi associada ao aumento da probabilidade de insegurança alimentar, as famílias que receberam assistência do governo também apresentaram maior probabilidade de insegurança alimentar.
Rodrigues, E. C. et al, 2022	Transversal Longitudinal	Avaliar o efeito das condições socioeconômicas e das variáveis relacionadas à pandemia do COVID 19 sobre a insegurança alimentar dos alunos durante a suspensão das aulas nas escolas públicas	612 domicílios. Região Sudeste	Dos domicílio avaliados, 82,0% (n = 502) apresentavam insegurança alimentar. Insegurança alimentar grave foi observada em 5,0% (n = 31) do total de domicílios, 11,3% (n =69) apresentaram insegurança alimentar moderada e 65,7% (n = 402) insegurança alimentar leve. Dos adultos entrevistados responsáveis pela compra de alimentos em casa, 92,2% eram mulheres, 59,6% casados, 84% declararam-se não brancos, 50,7% eram não estava empregado no momento da entrevista, 48,3% relataram receber assistência social do governo e 69,3% residiam em

				domicílios com duas a quatro pessoas. 63,9% declararam ter recebido auxílio emergencial do governo, 66,5% tiveram redução na renda familiar durante a pandemia e aproximadamente 47% relataram ter recebido cesta básica fornecida pelas prefeituras.
Sabião, T. S et al, 2022	Transversal	Investigar a associação entre insegurança alimentar (IA) em adultos e sintomas de transtorno de ansiedade generalizada (TAG) e transtorno depressivo maior (TDM) em duas cidades brasileiras durante a pandemia da doença por coronavírus (COVID-19).	1.789 participantes. Região Sudeste	Em relação à IA, 37,5% dos participantes apresentavam algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave). 62,5%, 34,6%, 2,22% e 0,8% dos participantes viviam em um domicílio com segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave, respectivamente. A IA foi associada a sintomas de TAG entre participantes do sexo feminino, participantes de raça/cor da pele não branca e com renda familiar de 4 salários mínimos.
Santana, O.M. M. L. et al, 2022	Transversal analítico	Avaliar a associação de políticas de transferência condicionada de renda para mitigar a insegurança alimentar (IA) entre famílias em situação de pobreza durante a pandemia de COVID-19 no Ceará, Brasil.	1.643 famílias. Região Nordeste	Um total de 429 pares materno-infantil participaram do estudo durante a pandemia de COVID-19 (recrutamento taxa de 26,1%). A prevalência de alguma insegurança alimentar nesta amostra foi de 89,1% (Intervalo de confiança de 95% (IC 95%): 86,2 – 92,1) e de insegurança alimentar grave, 30,3%. O número de pessoas que moram no domicílio também se associou estatisticamente à insegurança alimentar grave, com risco aumentado à medida que aumentava o número de moradores. As famílias que não foram afetadas pela pandemia de COVID-19 apresentaram menor chance de insegurança alimentar.
Santos, L. P. et al, 2022	Transversal	Avaliar a associação entre insegurança alimentar domiciliar (IA) e episódios depressivos maiores (EMD) em meio à pandemia de Covid-19 no Brasil.	1550 adultos (≥ 20 anos). Região Sul	29,4% da amostra apresentou IA domiciliar, com uma ligeira queda nessa situação da onda 1 (35,2%; IC 95% 29,9%, 41,0%) para a onda 4 (26,2%; 95% CI 19,5%, 34,1). Maior prevalência de EDM naqueles indivíduos que vivenciaram IA domiciliar. A prevalência de EDM foi de 15,8% (IC 95% 12,4, 19,9) naqueles com IA e apenas 6,9% (IC 95% 4,7, 10,2) em indivíduos com segurança alimentar.
Santos, L. P. et al, 2021	Transversal	Analisar tendências e desigualdades na prevalência de insegurança alimentar na pandemia de COVID-19, de acordo com fatores sociodemográficos e com medidas de distanciamento social.	1.550 indivíduos (≤ +20 anos). Região Sul	A prevalência de insegurança alimentar geral foi de 29,4%, apresentando uma diminuição percentual entre o início de maio e o fim de junho, mas sem diferença significativa na análise de tendência (valor de p = 0,069). Em todas as rodadas do inquérito a insegurança alimentar tendeu a ser maior entre os adultos, entre os entrevistados de menor escolaridade, de cor da pele preta ou parda, naqueles que residiam em domicílios com maior número de moradores e nos domicílios com moradores menores de 18 anos.

IA: Insegurança Alimentar; SAN: Segurança Alimentar e Nutricional; AUP: Alimentos Ultraprocessados; AE: Auxílio Emergencial; MMD: Transtorno Mental Materno; EMD: Episódios Depressivos Maiores; TAG: Transtorno de Ansiedade Generalizada.
Fonte: Dados do Estudo.

Nos estudos incluídos neste trabalho foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), uma escala psicométrica, que avalia a experiência individual ou familiar com a IA, apresenta vantagens por possibilitar diagnóstico rápido e direto da situação de SAN, permitindo ainda determinar os graus de gravidade da insegurança alimentar, que evolui do seu nível mais leve onde identifica o comprometimento da qualidade da alimentação, omoderado representa à insuficiência de alimentos e restrições de sua quantidade ou mudança nos padrões alimentares entre os adultos e o nível de maior gravidade, que significa a redução em quantidade e qualidade até a experiência da fome, inclusive nas crianças (CARVALHO *et al.*, 2022).

No estudo de Coletro *et al.*, (2023) além da EBIA também foi utilizada o questionário qualitativo de frequência alimentar (QFA) para avaliar o consumo alimentar. Os Indivíduos com IA tiveram escores mais altos na escala de consumo alimentar, indicando pior qualidade da dieta do que adultos em situação de segurança alimentar. Bem como RODRIGUES *et al.*, (2021) na sua pesquisa indicou que mais da metade dos participantes percebeu mudanças em seus hábitos de consumo alimentar durante a quarentena e concordaram total ou parcialmente que no contexto da pandemia, quarentena e isolamento social influenciaram essas mudanças.

Segundo Alpino *et al.*, (2020) em decurso desta calamidade ocorreu o adoecimento em grande escala, a superlotação dos serviços de saúde, a quarentena implementada para o isolamento das pessoas infectadas prevenindo a contaminação, influenciou diretamente no fechamento de 522,7 mil empresas de um total de 1,3 milhão encerraram suas atividades, temporária ou definitivamente, na primeira quinzena de 2020 milhares de pessoas ficaram sem acesso à renda como mostra a pesquisa do IBGE, (2020). Assim, como sinalizado por Maciel *et al.*, (2022) o aumento ou redução da renda durante a pandemia aumentou a chance de insegurança alimentar.

Para Oliveira, Abranches e Lana, (2020) durante a pandemia destaca-se a falta de disponibilidade, acesso e qualidade dos alimentos, devido principalmente o fator econômico e social, resultantes da diminuição do poder de compra dos alimentos, aumentou do preço dos insumos básicos, fechamento dos restaurantes populares que atendia a população de rua, a restrição do acesso as feiras livres e pequenos agricultores, isso provocou uma grande demanda para os supermercados. Tudo isso contribuiu para escolhas de alimentos não saudáveis, sem nutrientes que atendam às necessidades dos indivíduos.

Desta forma, o agravamento da IAN no contexto pandêmico pode ser identificado pelos determinantes sociais, pela condição de vida comunitária ou individual de populações indígenas, quilombolas, negras, crianças, adolescentes, assim como os moradores de favelas

e de rua têm alto risco de adquirir doenças, ao passo que idosos e pessoas com comorbidades têm maior risco de evoluir com morbimortalidade (PÉRISSÉ; RIBEIRO; CASTRO., 2021).

Uma dessas doenças são o transtorno de ansiedade e depressão que estão abordadas no estudo de Sabião *et al*, (2022). Neste indica que os participantes com IA experimentaram mais emoções negativas, como pouco interesse ou prazer em realizar atividades, falta de perspectiva, distúrbios do sono, dificuldade para relaxar e preocupação excessiva, vergonha, incerteza quanto ao acesso aos alimentos, ansiedade e estigma associado à dependência de programas, ações ou doações assistenciais que condicionam o acesso a alimentos. Já para Santos *et al*, (2021) o IA aumentava a probabilidade de episódios depressivos, com os indivíduos que vivenciaram essa situação e está associada a diferentes problemas de saúde mental, como ansiedade, estresse e distúrbios do sono.

Para Farías-Antúnes *et al*, (2023) diz no seus achados, que mulheres como chefe de família, pessoas beneficiárias do auxílio emergencial, auxílio Brasil, ser de cor preta ou parda, ter crianças na residência, ter baixa renda, baixa escolaridade são variáveis que estão intimamente ligadas com a insegurança alimentar. Igualmente como foi encontrado em diversas pesquisas que compõe esta revisão, como o estudo de Manifrato, (2020) que associa esses fatores à IA moderada à grave. Contudo não foi encontrado estudos que tratasse como foi a situação dos povos indígenas e quilombolas.

Salgado e Delgrossi, (2022) afirmam que as crianças e adolescentes são alvos de várias políticas públicas já realizadas para o combate a desnutrição, obesidade, anemias e outros problemas. Destaca-se que para essa população o Brasil possui políticas públicas específicas para a obtenção de uma alimentação adequada e saudável, utilizando como ferramenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que fornece alimentos advindos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) priorizam produtos da agricultura familiar local diminuindo a compra dos ultraprocessados.

Entretanto, com o fechamento das escolas que é o local onde são ofertados esses alimentos, os beneficiários ficaram em situação de risco agravando a IAN, então o governo realizou algumas alterações na legislação e foram feitas inclusive em relação a Lei nº 13.987, no que diz respeito ao PNAE, em especial a distribuição da alimentação escolar. As escolas por meio dos seus gestores, montaram kits ou distribuíram cartões para os alunos matriculados. (BICALHO, 2020 ; BRASIL, 2020).

Sob o mesmo ponto de vista ocorreu medidas como a Lei 14.016, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre o desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para

o consumo humano, possam ser mecanismos que sirvam como uma das ações estratégicas de segurança alimentar, em especial durante a pandemia da COVID-19, onde tantas pessoas puderam ser beneficiadas com a doação de alimentos que outrora seriam jogados fora. Houve por meio da sociedade civil a doação de cestas básicas as famílias mais necessitadas (BRASIL, 2020; SILVA-NETO *et al*, 2023).

Segundo Gurgel *et al*, 2020 devido a este estado de calamidade vivenciada ocorreu a criação de programa emergencial de manutenção do emprego e da renda com benefício a ser pago pelo Governo Federal aos trabalhadores com vínculo formal de emprego nas hipóteses de ocorrência de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho. Outra política pública criada para a população em hiper vulnerabilidade que atendam aos requisitos foi o auxílio emergencial, sendo este um programa de transferência de renda no valor de 600 reais para população beneficiada e 1200 reais para mães chefes de família

Mesmo assim, todas as pesquisas revelaram algum grau de IA em todo o Brasil e de acordo com o II Relatório VIGISAN 2022 níveis mais elevados de IA moderada e grave foram nas regiões Norte e Nordeste, em relação às demais regiões, correspondendo a 15,5% da população ou 33,1 milhões de pessoas em situação de fome. Esse dados refletem desigualdades geradas por dinâmicas socioeconômicas e políticas locais e de distribuição da riqueza nacional (PENSSAN, 2022).

Tais percentuais de IA são opostos à situação observada nas versões suplementares da PNAD em 2004, 2009 e 2013. Onde os resultados revelavam tendência de redução na prevalência de IAN entre essas pesquisas, em especial quanto à insegurança alimentar moderada e grave, que caiu pela metade em 2013 em comparação a 2004 (IBGE, 2014). Segundo Santos. a.b *et al*, (2021) esse fato ocorreu devido as políticas públicas direcionadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Entretanto, em 2016 começou o dismantelamento dessas políticas, culminando em 2019 com o fechamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) composto por representantes do governo e da sociedade civil, esse órgão que organiza conferências para debate do tema e prevê ações para o combate da fome no país. Com a mudança de governo no início de 2023, este conselho foi reaberto e a expectativa é que os problemas de IA voltem para a agenda pública, recebendo maior atenção do Governo Federal (SEGALL-CORREIA *et al*, 2023).

Considerações Finais

Conclui-se, então que a insegurança alimentar teve realmente um aumento significativo nas regiões brasileiras durante a pandemia, atingindo diversos públicos e teve relação com renda, cor, emprego, doenças mentais, sexo, número de moradores nos domicílios, entre outros fatores. Foi possível observar algumas ações dos governos para tentar auxiliar na segurança alimentar da população, porém essas medidas não conseguiram reduzir o problema da IA no país.

Entretanto, este ano de 2023 houve o retorno do CONSEA e expectativas para a retomada das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, onde ocorrem um amplo debate sobre a Insegurança Alimentar e traçam metas para o combate da fome. Isto traz esperanças para futuramente um possível retorno ao cenário que tivemos em 2014 quando o Brasil saiu do mapa da fome, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), que foi um marco reconhecido internacionalmente.

Referências

ALPINO, T. M. A. *et al.* COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública.**, v.36, n.8, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>

BICALHO, D.; LIMA, T. M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada durante a pandemia da covid-19. **Demetra.**, 2020. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.852>

BRASIL. Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.987**, de 07 de Abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Disponível em: L13987 (planalto.gov.br). Acesso em 02 abril 2023.

BRASIL. **LEI Nº 14.016**, DE 16 DE JUNHO DE 2020. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.016-de-27-de-junho-de-2020-263187111>. Acesso em: 02 abril 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Painel **Coronavírus**, 2022. Disponível em <https://www.covid.saude.gov.br/>, acessado em 13/abril/2023.

CARVALHO, R. E. S *et al.* Validade do instrumento para triagem de domicílios em risco de insegurança alimentar em diversos estratos da população brasileira. **Cad. Saúde Pública**, 2022. <https://doi.org/10.1590/0102-311xpt239521>

COLETRO, H.N *et al.* The combined consumption of fresh/minimally processed foods and ultra-processed foods on food insecurity: COVID INCONFIDENTES, a population-based survey. **Public Health Nutr.** 2023. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661789.

FARÍAS-ANTÚNEZ S *et al.* Food insecurity among families with infants born during the COVID-19 pandemic in Fortaleza, Northeast Brazil. **J Health Popul Nutr.** 2023. <https://doi.org/10.1186/s41043-023-00354-w>

GUILHERME, R. A. M.; CARVALHO, E. P.; TABAI, K. C. O impacto da pandemia da covid-19 na (in) segurança alimentar da população brasileira sob a ótica intercultural e interdisciplinar. **Faz ciência**, v.23, n. 37, p. 165 – 182, 2021.

GURGEL, A. A. *Et al.* Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25,n.12, p.4945-4956, 2020. DOI: 10.1590/1413-812320202512.33912020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades@: São Carlos Desemprego**,2022 . Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 13/04/ 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades@: São Carlos. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: Segurança Alimentar 2013**. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades@: São Carlos Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas empresas**. 16 julho 2020. Disponível em:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/548281f191c80ecbbb69846b0d745eb5.pd. Acesso em 02/04/2023.

LIMA, J. L.; MELO, A. B. De.; PERPETUO, C. L. Pandemia e a exacerbação das vulnerabilidades sociais: impactos na saúde mental. **Akrópolis, Umuarama**, v. 29, n. 1, p. 59-74, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.25110/akropolis.v29i1.8310>.

MACIEL, B. L. L *et al.* Food Insecurity and Associated Factors in Brazilian Undergraduates during the COVID-19 Pandemic. **Nutrients** 2022. <https://doi.org/10.3390/nu14020358>

MANIFRATO, C. V *et al.* High prevalence of food insecurity, the adverse impact of COVID-19 in Brazilian favela. **Public Health Nutrition**, 2020. doi:10.1017/S1368980020005261

NICOLA, M *et al.* As implicações socioeconômicas da pandemia de coronavírus (COVID-19): Uma revisão. **Int J Surg**. 2020. DOI: 10.1016/j.ijssu.2020.04.018

OLIVEIRA, T. C.; ABRANCHES, M. V.; LANA, R. M. (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Cad. Saúde Pública**; v.36, n.4, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00055220>

PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. Fundação Friedrich Ebert, São Paulo, SP : 2022.

PÉRISSÉ, A. R. S., RIBEIRO, P. C., and CASTRO, H. A. **Retorno às atividades escolares no Brasil em vigência da pandemia Covid-19**. In: FREITAS, C. M., BARCELLOS, C., and VILLELA, D. A. M., eds. Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Informação para ação na Covid-19 series. Editora Fiocruz, pp. 377-395, 2021.

PINHO, L *et al.* Pandemia da Covid-19: Impactos à Renda e ao Aumento do Consumo de Alimentos Ultraprocessados. **Unimontes Científica**, v. 22, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2020. <https://doi.org/10.1177/17579759221107035>

ROCHA, H. AL *et al.* Coronavirus disease 2019, food security and maternal mental health in Ceará, Brazil: a repeated cross-sectional survey. **Public Health Nutrition**, 2021. doi:10.1017/S1368980021000628

RODRIGUES, E. C *et al.* Home food insecurity during the suspension of classes in Brazilian public schools due to the COVID-19 pandemic. **Nutrition** 93, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.nut.2021.111448>

RODRIGUES, J. F *et al.* Effect of the COVID-19 pandemic on eating habits and perceptions: a study with Brazilians. **Trends in Food Science & Technology**, 2021. DOI: 10.1016/j.tifs.2021.09.005.

SABIÃO, T. C *et al.* Food insecurity and symptoms of anxiety and depression disorder during the COVID- 19 pandemic: COVID-Inconfidentes, a population-based survey. **Population Health** 19, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2022.101156>

SALGADO, B. T.; DELGROSSI, M. E. Segurança Alimentar e PNAE: o que mudou durante a pandemia?. *Segur. Aliment. Nutr.*, Campinas, v. 29, p.1-12. 2022
DOI:10.20396/san.v29i00.8663762

SALLES-COSTA R. *et al.* Ascensão e queda da segurança alimentar familiar em Brasil, 2004 a 2022. *Cad. Saúde Pública*, 2023. doi: 10.1590/0102-311XEN191122

SANTANA, O. M. M. L *et al.* Analyzing households' food insecurity during the COVID-19 pandemic and the role of public policies to mitigate it: evidence from Ceará, Brazil. *Global Health Promotion*, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/17579759221107035>

SANTOS, A. B. M. V. *et al.* O desmonte das iniciativas governamentais para a Segurança Alimentar e Nutricional: estudo de caso do município de Cuité – Paraíba, entre 2014 e 2019. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021025, 2021.

SANTOS, L. P *et al.* Association between food insecurity and major depressive episodes amid Covid-19 pandemic: results of four consecutive epidemiological surveys from southern Brazil. *Public Health Nutrition*, 2021. doi:10.1017/S1368980021004626

SANTOS, L.P *et al.* Tendências e desigualdades na insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19: resultados de quatro inquéritos epidemiológicos seriados. *Cad. Saúde Pública*, 2021. doi: 10.1590/0102-311X00268520

SILVA-NETO, L. G. R *et al.* Avaliação da insegurança alimentar no contexto da COVID-19: associação com o auxílio emergencial e recebimento de doação de alimentos na população em vulnerabilidade social de uma capital do Nordeste do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2023. DOI: 10.1590/1413-81232023283.12352022.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

SILVA, Tamires Teixeira Monteiro da; VIANA, Sarah de Fátima Alcântara; FERNANDES, Vanessa Faustino; SOUSA, Francisca Arlivan Ferreira de; CONCEIÇÃO, Wedson da Silva; ROCHA, Élide Mara Braga. Pandemia e Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Uma Revisão Integrativa. *Id on Line Rev. Psic.*, Julho/2023, vol.17, n.67, p. 167-181, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 14/06/2023; Aceito 03/07/2023; Publicado em: 31/07/2023.